



IFSUL-RS
Assistente de Aluno

LÍNGUA PORTUGUESA

Tipologia e gênero textual;	1
Interpretação de texto;.....	2
Níveis de Linguagem;	3
Sinonímia e antonímia; Homonímia e paronímia; 6. Polissemia; Denotação e conotação; Ambiguidade; Pressupostos e subentendidos;.....	5
Figuras de linguagem;.....	6
Classes de palavras: emprego e especificidades;	11
Concordância verbal e nominal;.....	23
Regência verbal e nominal;.....	25
Sintaxe da oração e do período;	28
Crase	33
Ortografia;.....	34
Acentuação;.....	35
Pontuação;	37
Paralelismo sintático e semântico;	42
Coesão e Coerência.....	42
Exercícios	44
Gabarito.....	62

LEGISLAÇÃO

Constituição Federal (com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais); Da Administração Pública (arts. 37 e 38); Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41)	1
Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.....	10
Processo administrativo no âmbito da Administração Pública	60
Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.....	72
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	80
Exercícios	104
Gabarito.....	108

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A Escola e os problemas da escola.....	1
O papel da escola na saúde mental	2
Educação Profissional e Tecnológica	4
Educação Especial.....	7
Direitos da Criança e do Adolescente	9
Exercícios	77
Gabarito.....	83

SUMÁRIO



Definições e diferenciação: tipos textuais e gêneros textuais são dois conceitos distintos, cada qual com sua própria linguagem e estrutura. Os tipos textuais e gêneros se classificam em razão da estrutura linguística, enquanto os gêneros textuais têm sua classificação baseada na forma de comunicação. Assim, os gêneros são variedades existentes no interior dos modelos pré-estabelecidos dos tipos textuais. A definição de um gênero textual é feita a partir dos conteúdos temáticos que apresentam sua estrutura específica. Logo, para cada tipo de texto, existem gêneros característicos.

Como se classificam os tipos e os gêneros textuais

As classificações conforme o gênero podem sofrer mudanças e são amplamente flexíveis. Os principais gêneros são: romance, conto, fábula, lenda, notícia, carta, bula de medicamento, cardápio de restaurante, lista de compras, receita de bolo, etc. Quanto aos tipos, as classificações são fixas, e definem e distinguem o texto com base na estrutura e nos aspectos linguísticos. Os tipos textuais são: narrativo, descritivo, dissertativo, expositivo e injuntivo. Resumindo, os gêneros textuais são a parte concreta, enquanto as tipologias integram o campo das formas, da teoria. Acompanhe abaixo os principais gêneros textuais inseridos e como eles se inserem em cada tipo textual:

Texto narrativo: esse tipo textual se estrutura em: apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho. Esses textos se caracterizam pela apresentação das ações de personagens em um tempo e espaço determinado. Os principais gêneros textuais que pertencem ao tipo textual narrativo são: romances, novelas, contos, crônicas e fábulas.

Texto descritivo: esse tipo compreende textos que descrevem lugares ou seres ou relatam acontecimentos. Em geral, esse tipo de texto contém adjetivos que exprimem as emoções do narrador, e, em termos de gêneros, abrange diários, classificados, cardápios de restaurantes, folhetos turísticos, relatos de viagens, etc.

Texto expositivo: corresponde ao texto cuja função é transmitir ideias utilizando recursos de definição, comparação, descrição, conceituação e informação. Verbetes de dicionário, enciclopédias, jornais, resumos escolares, entre outros, fazem parte dos textos expositivos.

Texto argumentativo: os textos argumentativos têm o objetivo de apresentar um assunto recorrendo a argumentações, isto é, caracteriza-se por defender um ponto de vista. Sua estrutura é composta por introdução, desenvolvimento e conclusão. Os textos argumentativos compreendem os gêneros textuais manifesto e abaixo-assinado.

Texto injuntivo: esse tipo de texto tem como finalidade de orientar o leitor, ou seja, expor instruções, de forma que o emissor procure persuadir seu interlocutor. Em razão disso, o emprego de verbos no modo imperativo é sua característica principal. Pertencem a este tipo os gêneros bula de remédio, receitas culinárias, manuais de instruções, entre outros.

Texto prescritivo: essa tipologia textual tem a função de instruir o leitor em relação ao procedimento. Esses textos, de certa forma, impedem a liberdade de atuação do leitor, pois decretam que ele siga o que diz o texto. Os gêneros que pertencem a esse tipo de texto são: leis, cláusulas contratuais, edital de concursos públicos.



Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

Princípios da Administração Pública

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica “LIMPE”. Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

• Princípio da Legalidade

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

• Princípio da Impessoalidade

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

• Princípio da Moralidade

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decore e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).



A escola, enquanto instituição, desempenha um papel crucial na formação de indivíduos e na construção da sociedade. Ela é um espaço onde conhecimentos são transmitidos, valores são cultivados e habilidades são desenvolvidas. Contudo, como qualquer instituição, a escola também enfrenta desafios que podem influenciar a qualidade da educação oferecida e o bem-estar dos envolvidos.

A Escola como Espaço de Aprendizado e Socialização

Desde seus primeiros dias, a escola se destina a ser um local seguro e propício para a aprendizagem. Além de fornecer conhecimento acadêmico, a escola também funciona como um espaço de socialização. Aqui, as crianças aprendem a interagir umas com as outras, desenvolvem habilidades interpessoais, descobrem sua identidade e aprendem a lidar com a diversidade. É também na escola que muitos são expostos, pela primeira vez, a ideias, culturas e realidades diferentes de suas próprias vivências domésticas.

Problemas da Escola

Entretanto, as escolas, em sua missão educativa, encontram uma série de problemas, muitos dos quais são reflexos das questões sociais mais amplas:

– **Infraestrutura inadequada:** Muitas escolas, especialmente em áreas menos privilegiadas, enfrentam problemas relacionados a infraestrutura, como salas de aula precárias, falta de materiais didáticos, instalações sanitárias inadequadas, entre outros.

– **Superlotação:** a falta de espaço e recursos pode levar à superlotação das salas de aula, dificultando a aprendizagem individualizada e exigindo dos professores uma gestão de classe mais desafiadora.

– **Desigualdade no acesso:** mesmo em sociedades modernas, ainda existem disparidades no acesso à educação de qualidade, muitas vezes relacionadas a questões socioeconômicas, raciais ou geográficas.

– **Desafios pedagógicos:** a evolução constante das demandas da sociedade exige uma atualização frequente dos currículos e métodos de ensino. No entanto, nem todas as escolas conseguem se adaptar rapidamente.

– **Problemas socioemocionais:** bullying, ansiedade, pressão acadêmica e outros problemas socioemocionais podem afetar o bem-estar dos alunos e influenciar seu desempenho acadêmico.

– **Desvalorização da profissão docente:** em muitos lugares, os professores enfrentam salários baixos, condições de trabalho desafiadoras e falta de reconhecimento profissional, o que pode impactar na qualidade do ensino.

– **Desconexão com a comunidade:** em alguns casos, as escolas podem parecer distantes ou desconectadas das comunidades às quais pertencem, o que pode levar à falta de envolvimento dos pais ou responsáveis no processo educativo.

A escola, embora enfrentando inúmeros desafios, continua sendo uma das instituições mais valiosas para o desenvolvimento da sociedade. É essencial que as questões que afetam a escola sejam tratadas com seriedade, buscando sempre soluções que beneficiem alunos, professores e a comunidade como um todo. Afinal, uma educação de qualidade é fundamental para o progresso e bem-estar de qualquer sociedade.

BOCK, A. M. PSICOLOGIAS: UMA INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE PSICOLOGIA. SÃO PAULO: SARAI-VA, 1999